

A NOÇÃO DE IMPERATIVO CATEGÓRICO EM KANT E HUSSERL

THE NOTION OF CATEGORICAL IMPERATIVE IN KANT AND HUSSERL

Gefferson Silva da Silveira

Mestre em Filosofia, Doutorando em Educação pelo PPGE/FaE da Universidade Federal de Pelotas.
E-mail: geff.filo@gmail.com.

RESUMO:

Este artigo busca problematizar o processo de formulação do imperativo categórico em Kant e Husserl. Na primeira parte, a concepção kantiana é reconstruída desde o início da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* até à exposição da primeira fórmula do imperativo categórico. Neste percurso, alguns conceitos caros à argumentação kantiana vão sendo esclarecidos e problematizados, como, por exemplo, os conceitos de boa vontade e dever. Na segunda parte, o trabalho procura mostrar a origem da formulação do imperativo categórico husserliano, bem como compreender a função desse imperativo na concepção ética desse autor. Nas considerações finais, o intento do trabalho é destacar as peculiaridades pertinentes a cada proposta e verificar a possibilidade de um entrecruzamento.

PALAVRAS-CHAVE:

Kant. Husserl. Imperativo categórico.

ABSTRACT:

This paper seeks to problematize the process of formulating of the categorical imperative in Kant and Husserl. In the first part, the Kant's conception is reconstructed from the beginning of the Groundwork of the Metaphysics of Morals until the exposition of the first formula of the categorical imperative. Along this path, some concepts dear to Kant's argument are being clarified and problematized, such as, for example, the concepts of good will and duty. In the second part, the work seeks to show the origin of the formulation of the husserlian categorical imperative, as well as to understand the role of this imperative in the ethical conception of this author. In the final considerations, the intent of the work is to highlight the peculiarities pertinent to each proposal and to verify the possibility of a intersection.

KEYWORDS:

Kant. Husserl. Categorical imperative.

1 A BUSCA PELO IMPERATIVO CATEGÓRICO EM KANT

A teoria moral de Immanuel Kant (1724-1804), no período crítico, é inaugurada com a sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*¹. Com essa obra, Kant pretende expor sistematicamente os elementos fundamentais que estruturam sua filosofia moral, tendo como objetivo principal, conforme atesta o prefácio, a *busca e fixação* do princípio supremo da moralidade (*FMC*, BA XV). Para isso, começa por extrair o ponto de vista moral do homem comum, investigando suas condições e justificabilidade. Dito de outro modo, Kant visa estabelecer, a partir do conhecimento moral do comum senso humano, o único princípio prático que possa justificar a moralidade.

Na primeira parte do texto, enquanto estabelece a passagem do conhecimento comum acerca da moralidade para um conhecimento filosófico, são analisados alguns conceitos fundamentais para a descoberta do princípio moral, a saber, os conceitos de *boa vontade* e de *dever*. O intuito de Kant é apresentar uma filosofia moral pura, separada de tudo que é empírico, uma teoria que possa valer para seres racionais em geral. Nesse sentido, a boa vontade e o dever tem a tarefa, justamente, de auxiliar na separação entre os princípios puros e empíricos da ação moral. A análise de tais conceitos acaba conduzindo Kant à formulação do *imperativo categórico* na segunda parte da obra.

A *FMC* começa com a famosa afirmação: “neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (BA 1). Esta declaração kantiana é muito citada e, por isso, bastante conhecida. Contudo, o seu significado não é assim tão evidente. Kant define a boa vontade como a única coisa que é boa sem limitação. Com isso, ele quer dizer que a bondade da boa vontade não está restrita a nenhuma condição. A boa vontade apresenta-se, assim, como

¹ A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, publicada em abril de 1785, é a primeira obra de Kant dedicada inteiramente à filosofia prática. Doravante, sempre que referida, simplesmente a sigla *FMC*, seguida da paginação original da segunda edição de Riga (1786).

incondicionalmente boa. Kant afirma, ainda, que “a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma” (*FMC*, BA 3). Ou seja, a bondade da boa vontade não se deve à sua adequação para efetivar um determinado fim, mas, independentemente daquilo que possa realizar, tem pleno valor em si mesma. Pode-se dizer que a incondicionalidade de uma vontade boa é algo intrínseco a ela mesma.

Ao afirmar que a boa vontade é incondicionalmente boa, Kant não nega a existência de outras coisas que podem ser consideradas boas. Há muitas outras coisas que podem ser qualificadas como boas e desejáveis. No entanto, não são boas no mesmo sentido em que é a boa vontade. Para que estas outras coisas possam ser tratadas como boas de fato, faz-se necessário uma boa vontade que corrija-lhes a influência sobre o agir.

Com isso, Kant deixa claro que somente uma boa vontade, enquanto boa em si mesma, pode ser considerada o *sumo bem* e a condição da bondade dos outros bens. Enquanto a boa vontade é um bem incondicional e absoluto, os outros bens apresentam-se sempre como condicionados e relativos. Apenas uma boa vontade é boa em qualquer contexto que possa ser encontrada. Já as coisas que são boas condicionadamente sem o auxílio de uma boa vontade podem tornar-se extremamente más. A boa vontade não é boa num contexto e má num outro, pois sua bondade não está relacionada a uma determinada condição, fim ou desejo. A bondade da boa vontade pode ser inferida a partir da diferença entre esta e uma vontade empiricamente condicionada.

A boa vontade, considerada em si mesma, caracteriza-se como vontade pura. Este tipo de vontade apresenta-se como um produto da razão. Pois, se a razão² foi dada aos seres racionais finitos “como faculdade prática que deve exercer influência sobre a *vontade*, então

² Neste sentido, Kant está reivindicando um uso prático puro para a razão que não se funda na mera faculdade de desejar e buscar a felicidade. No que diz respeito às ações humanas a razão é sempre prática, entretanto, há dois modos distintos de se fazer uso dela: razão prática empiricamente condicionada, que busca satisfazer os desejos e as inclinações sensíveis; e razão prática pura, a única possibilidade para a moralidade.

o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma *vontade*, não só *boa* quiçá como *meio* para outra intenção, mas uma *vontade boa em si mesma*” (FMC, BA 7). Nota-se, assim, que a noção de boa vontade está vinculada à razão, caracterizada como vontade pura capaz de interessar-se pelos princípios da razão prática pura. Consoante a isso, identifica-se a possibilidade da razão prática pura poder efetivamente determinar a vontade de seres racionais finitos independentemente das inclinações e desejos naturais e direcioná-la a seu objeto *a priori*, o sumo bem.

O que agora nos interessa é saber como a razão, enquanto faculdade prática, pode produzir uma vontade boa em si mesma. Aqui, abre-se uma nova perspectiva na investigação moral de Kant, pois em vista de desenvolver e esclarecer o conceito de boa vontade, enquanto vontade boa em si mesma, acaba introduzindo na sua análise o conceito de *dever* que contém em si o de boa vontade, de modo que pelo dever a boa vontade pode “ressaltar por contraste e brilhar com luz mais clara” (FMC, BA 8). Com a noção de dever, Kant quer assegurar que o ser humano pode ser efetivamente um ser moral³.

Para esclarecer em que medida o conceito de dever contém em si o de boa vontade, é preciso entrar na noção de seres racionais finitos. Como tais seres, devido suas condições subjetivas (certas particularidades, limitações, inclinações, desejos próprios), não possuem uma boa vontade na base da sua conduta moral, a lei da moralidade é apenas objetivamente necessária, e é preciso a noção de dever para a efetivação de uma boa vontade, bem como da moralidade⁴. Neste sentido, o dever que até então a razão comum reconhecia como dever moral, para que realmente caracterize-se como tal, precisa ordenar incondicionalmente, isto é, independentemente de inclinações e desejos.

Segundo Kant, quando se usa a noção de dever, antes mesmo de tratá-la de maneira filosófica, distingue-se três modos pelos quais o senso comum é capaz de identificar as

ações, a saber: *contrárias ao dever, conformes ao dever* e *por dever* (FMC, BA 8-9). Agir em conformidade com o dever não significa agir por dever. Para ter verdadeiro valor moral não basta que uma ação seja conforme ao dever, mas sim por dever, sendo uma ação livre de todas as contingências empíricas.

A distinção feita por Kant tem o propósito de esclarecer a noção de dever, e é com esse intuito que se estabelece uma primeira proposição para definir dever moral: somente numa ação praticada simplesmente por dever, sem qualquer inclinação, pode residir autêntico valor moral (FMC, BA 11). A simples conformidade ao dever, embora revele uma correção moral, não é moralidade⁵. Desse modo, numa ação conforme ao dever não é possível verificar uma boa vontade, pois não é uma ação incondicionalmente boa. A moralidade consiste numa ação em que a vontade não está determinada por nenhuma inclinação imediata, mas apenas pelo dever.

Nesse contexto surge a segunda proposição de Kant: “uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, *não no propósito* que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina” (FMC, BA 13). Com isso, ele quer dizer que uma ação, abstraindo-se de todos os objetos que possam lhe inclinar, funda-se apenas no *princípio do querer*. Dado que a moralidade não consiste na simples conformidade com o dever, ela não pode ser constatada a partir das ações mesmas, mas somente a partir de seu fundamento determinante, o querer.

Desse modo, Kant apresenta a terceira proposição: “*dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei*” (FMC, BA 14). Uma ação praticada por respeito à lei constitui-se um fim em si mesmo e não um meio para obter uma recompensa qualquer. Isso acaba por evidenciar o caráter moral das ações, ou seja, que o ser humano só age moralmente se agir por dever, por respeito à lei moral e não em relação a um efeito esperado das ações.

Segundo a análise kantiana, o ser humano comum sabe muito bem o que deve fazer para

3 Segundo Höffe (2005, p. 193), “o dever é a moralidade na forma do mandamento, do desafio, do imperativo”.

4 O dever como mandamento ou obrigação só tem sentido para os seres humanos, pois estes não possuem de antemão uma vontade absolutamente boa.

5 Para Höffe (2005, p.194), a moralidade “depende de fundamentos determinantes a partir dos quais se cumpre o dever”.

que seu querer seja moralmente bom. Sabe, também, distinguir perfeitamente o que é bom do que é mal, o que é contrário ao dever do que lhe é conforme. Basta, para isso, que tenha o princípio determinante da vontade como bússola na mão. Não obstante, faz parte da vontade do ser humano a resistência das inclinações à lei moral. Por isso, para Kant, a bondade da vontade para os seres humanos deve tomar a forma do agir por dever e o motivo do dever é, portanto, uma parte da vida moral. Nesse sentido, agir por dever enquanto necessidade de uma ação por respeito à lei, acaba por revelar a fórmula do princípio supremo da moralidade.

Kant observa que “tudo na natureza age segundo leis” (*FMC*, BA 36). Entretanto, somente os seres racionais agem segundo leis das quais eles mesmos são autores. Pois, tais seres possuem uma vontade que tem a capacidade de ser causa da própria ação. Uma vontade perfeitamente boa agiria sempre em conformidade com a razão, isto é, obedeceria as leis racionais sem precisar ser obrigada. Mas, nos seres racionais finitos a vontade não é perfeita, não é capaz de determinar sempre a ação, pois sofre influência da sensibilidade, então, as ações que a lei moral prescreve como necessárias constituem uma obrigação. A representação de um princípio objetivo que obriga uma vontade condicionada subjetivamente é um mandamento da razão e sua fórmula chama-se *imperativo*. Os imperativos se expressam como um dever, e revelam “a relação de uma lei objetiva da razão pura para uma vontade que segundo a sua constituição subjetiva não é por ela necessariamente determinada” (*FMC*, BA 37).

O imperativo categórico manifesta-se por meio de leis práticas, que estabelecem ações boas em si mesmas, sem relação com qualquer outra finalidade. Por exemplo: dizer a verdade é uma ação boa em si mesma, ainda que o fato de mentir não ocasione nenhum mal ou vergonha (*FMC*, BA 89). Assim, o imperativo categórico preenche a condição necessária para levar a cabo a tarefa kantiana de estabelecimento de um princípio fundante da moralidade. Pois, ele revela a universalidade de uma lei à qual

a máxima da ação é conforme, isto é, que o princípio subjetivo (máxima) pelo qual se determina o agir é idêntico ao princípio objetivo (lei) que determinaria o agir de qualquer ser racional.

Segundo Kant, o imperativo categórico é um só (embora, apresente distintas formulações) e sua fórmula geral é a seguinte: “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (*FMC*, BA 52). Neste sentido, uma ação só é moral se sua máxima puder ser convertida em lei universal. Quando se transgredir um dever não se pode querer que a máxima da ação se torne lei universal, mas deve-se ter consciência de que se está abrindo uma exceção em favor próprio, apenas para si mesmo e apenas naquela situação. Destarte, o imoral caracteriza-se pelo fato de se ceder às inclinações e desejos, mesmo sabendo que não se deveria ceder.

O imperativo categórico aparece como o resultado da análise kantiana do conceito de moralidade expresso pelo conhecimento comum humano. Como os seres racionais finitos não agem necessariamente de modo moral, logo, a moralidade se apresenta para eles como um dever-ser. Tal imperativo, enquanto critério supremo de ajuizamento moral, não mostra simplesmente em que consiste as obrigações morais, mas, antes, exorta o ser racional finito a agir de determinado modo, incondicionalmente⁶.

2 A FORMULAÇÃO DO IMPERATIVO CATEGÓRICO POR HUSSERL

A Primeira Guerra Mundial descobriu a ausência de sentido da cultura europeia. A ciência que se projetava como a libertação total do ser humano, prometendo-lhe alcançar o mais alto *status* de humanidade, findada a guerra, acaba revelando a miséria humana, a decadência da sociedade europeia. Os pressupostos da ciência, da filosofia, da moral e da religião estão em xeque. Diante dessa situação, verifica-se no mais íntimo do ser humano o nascimento de

⁶ Segundo Höffe (2005, p. 197), isso é expresso pelo modo mesmo como a fórmula do imperativo categórico inicia-se, com um “age”, sem condições, para só depois dizer que a ação moral consiste em máximas universalizáveis.

um sentimento de humanidade que reflete, de certa maneira, uma sensibilidade moral. Essa sensibilidade moral é um apelo por “renovação” diante da situação crítica da cultura europeia. Husserl (2002, p. 1) afirma que uma “renovação é o grito de chamada geral no nosso doloroso presente”.

A renovação do homem, tanto na sua individualidade quanto na coletividade, é o principal tema da ética husserliana. Segundo Husserl (2002, p. 21), “a vida ética é em sua essência uma vida que se põe conscientemente sob a ideia de renovação, que se guia voluntariamente por ela e por ela se deixa configurar”. A ética de Husserl exibe duas vertentes: a **axiológica** e a **prática**, cada uma se divide em uma consideração formal e outra material⁷. Na “Renovação”, Husserl fala de “ética pura” e “ética empírica-humana”. A primeira como a ciência da essência e formas possíveis de uma vida em renovação geralmente pura; a segunda como adequação das normas da ética pura ao empírico (servindo de guia para o homem nas condições que lhes são dadas, individuais, históricas, nacionais, etc.).

A axiologia formal se ocupa de leis que valem para os valores independentemente de seus conteúdos e culmina na lei da absorção, segundo a qual o melhor absorve o bom. No campo da prática formal, a lei da absorção conduz a uma determinação do imperativo categórico. O imperativo categórico de Husserl está embasado numa afirmação de Brentano (2002, p. 20): “Escolha, pois, o melhor possível entre o acessível/alcançável”. Esta afirmação é posta um pouco depois de Brentano caracterizar o imperativo categórico kantiano como uma “ficção inútil”. A formulação de Husserl é a seguinte: “Faça em todo o momento o melhor entre o alcançável em toda a esfera submetida à tua influência racional” (Husserl apud Walton, 2003, p. 5).

Husserl busca mostrar, com a sua formulação do imperativo categórico, que a vida ética deve estar direcionada para o melhor possível dentro de um horizonte. Pode-se evidenciar isto numa outra formulação

proposta por Husserl: “a ideia de bem prático, como o categoricamente exigido se refere à ideia do âmbito prático, que abarca em si todas as possibilidades práticas” (Husserl apud Walton, 2003, p. 6). Neste sentido, para Husserl, o melhor deve ser algo que está dentro do âmbito das possibilidades práticas, de modo que o imperativo possa levar em conta as capacidades de cada pessoa.

O imperativo categórico husserliano leva em conta a ideia de uma ética anterior, representada pela axiologia material, que culmina nos valores de cada pessoa; e, uma ética posterior representada pela prática material que analisa as ações conforme tal imperativo que exige procurar o melhor possível entre o alcançável em meio da oposição entre as metas racionais e as contingências irracionais⁸. Isto corrobora a ideia defendida por Husserl (2002, p. 21) sobre as duas vertentes de onde se origina o conceito de ética: a ética enquanto disciplina prática, que investiga os mais elevados fins da vida e a ética enquanto disciplina formal, **a priori**, que pretende buscar e expor as regras que possibilitam ao agente um ordenamento racional da vida e o agir de acordo aos fins.

Para Husserl, o melhor possível pode ser depurado por meio de estratégias de uma prática formal enraizada numa axiologia formal. O imperativo categórico husserliano compreende dois horizontes de possibilidades que se tem de considerar para a determinação do melhor possível, a saber, o horizonte vital pessoal, que diz respeito à totalidade da própria vida, e o horizonte intersubjetivo, relativo à comunidade. O horizonte pessoal considera, por um lado, a vontade como um modo de se perguntar que se completa com a decisão que leva em conta para sua deliberação meios, caminhos e fins; por outro lado, refere a decisão a uma determinada hora como ponto de partida para a vontade realizadora. Neste sentido, observa-se que a realização do melhor possível responde a uma diminuição à dispersão e a uma decisão em favor de uma vocação, ou seja, associa-se com certa especialização em torno

7 Cf. Walton (2003, p.5)

8 Cf. Walton (2003, p.7)

de um tipo particular de valores encarnáveis ou realizáveis ao longo da vida⁹. Assim, ao se colocar sob o imperativo categórico, que manda fazer o melhor possível entre o alcançável, cada pessoa em sua esfera prática, tem concretamente seu imperativo categórico individual.

O horizonte intersubjetivo diz respeito à comunidade. Husserl distingue diferentes tipos de comunidade, mas a que lhe interessa nesse momento é o nível superior de comunidade, a comunidade ética ou a comunidade do amor. Nesta comunidade se coloca o seguinte: se tenho o caráter de um sujeito de valor absoluto, devo atribuir ao outro esta mesma dignidade em uma atitude que não pode ser meramente teórica senão que tem que refletir-se nos âmbitos de valoração, no sentimento e na vontade. Segundo Husserl, do amor ao próximo surge o amor ético que é a mais elevada manifestação, que se intensifica cada vez mais no horizonte intersubjetivo. Segundo Walton (2003, p. 12), “na comunidade do amor do *ego* e do *alter ego*, se dá o movimento recíproco pelo qual a aspiração de um ingressa na do outro para sempre”. Neste sentido, o outro se encontra permanentemente no horizonte de minha vida, e eu no horizonte da sua.

Para Husserl, os valores superiores do amor proporcionam conteúdo ao seu imperativo categórico. Assim, pode-se dizer que os valores formam a base do imperativo categórico e se organizam numa hierarquia, na qual em cada escolha o melhor absorve o bem e tudo o que pode ser tido como praticamente bom. A determinação do melhor entre o alcançável numa situação de escolha prática é uma tarefa que cabe a cada pessoa decidir dentro desta hierarquia de valores, o que é o melhor para si nas circunstâncias em que se encontra. Neste caso, busca-se seguir a ordem de preferência dos valores práticos, estabelecidos por atos valorativos, instituídos nesta ordem de preferência. Decidir em vista do melhor entre o alcançável em cada situação prática caracteriza-se, por assim dizer, numa

busca por uma renovação ética.

Ao pensar numa renovação ética, Husserl afirma que o imperativo categórico é uma exigência de viver na constante direção para o melhor possível. Esta exigência constitui-se no progresso do melhor possível de cada etapa ao melhor possível da etapa seguinte e assim até o infinito, buscando sempre continuar avançando. Dessa forma, a realização do melhor possível é uma realização parcial, pois sempre se está em busca de um avanço. Em âmbitos gerais, o imperativo categórico de Husserl orienta-se pelo campo de possibilidades práticas visando o melhor caminho para as ações particulares das pessoas que formam a comunidade ética.

Não obstante, no imperativo categórico husserliano reside a ideia de progresso, isto é, de uma busca constante da realização mais perfeita do que é o melhor entre o alcançável no tempo oportuno. Em outras palavras, o imperativo categórico de Husserl resume-se na busca de um Eu verdadeiro, autêntico, que possa pensar-se como mais alto valor. Husserl (2002, p. 38) afirma que “só pode ser homem verdadeiro, valorável como bom, na medida em que voluntariamente se submete ao imperativo categórico”. A exigência axiológica de ser deste modo pertence à exigência prática de chegar a ser deste modo. Assim, é preciso fazer em cada momento do tempo o que nele seja o melhor possível e, assim, fazer-se sempre melhor segundo as possibilidades que o tempo oferece.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder-se-ia dizer que numa visão estritamente kantiana uma análise do imperativo proposto e formulado por Husserl fugiria do aspecto categórico, mas não se quis neste trabalho fazer uma análise de um ponto de vista estritamente kantiano, e, sim, identificar algumas aproximações e afastamentos inerentes às propostas dos dois pensadores. Evidente é o fato de que tanto o imperativo categórico kantiano quanto o imperativo formulado por Husserl contemplam a busca por uma universalização. Embora,

⁹ Cf. Walton (2003, p. 9).

esta universalização seja vista com algumas peculiaridades próprias de cada proposta. Kant pretende a universalização da máxima de ação, caracterizada por uma lei prática da razão. Husserl pretende uma universalização entendida no âmbito das possibilidades que visam o melhor, como a ampliação do horizonte, tanto o horizonte vital pessoal, como do horizonte intersubjetivo.

Outra coisa que se poderia caracterizar é a dimensão do que seja “bom” é do conhecimento de todos. Embora Kant afaste a sua teoria moral do âmbito do conhecimento possível, ele vai iniciar sua busca e fixação do princípio supremo da moralidade pelo fato de que todos, até mesmo o mais simples ser humano, sabe o que é o bom. No caso de Husserl, a “ética fenomenológica” não procura desvincular a ética e conhecimento. A ética é um retorno ao conhecimento. Para Husserl, o conceito de evidência (todos sabem o que é o bem), permite pensar a ética como uma unidade entre o problema lógico-teórico e o problema prático.

Uma distinção visível nas duas propostas do imperativo categórico diz respeito ao formal e o material. Kant na formulação do seu imperativo categórico abstrai completamente do material, sua ética é estritamente formal, pois, segundo o próprio, não se pode buscar o fundamento na empiria. Por outro lado, em Husserl, o formal por mais articulado que seja, não determina o material, este está sempre em aberto, é a questão da busca pelo melhor dentre o alcançável ao infinito. Para Husserl, o formal só tem sentido se for preenchido pela vida, que vai conferir matéria ao seu imperativo. Nada está fechado, constantemente se tem um desafio prático. Não existe um querer puro (como em Kant), para haver querer é preciso que haja um querido, e é isto que impulsiona o agente para a ação. O conceito de intencionalidade, em Husserl, permite uma releitura do empirismo. É a intencionalidade que trabalha para a busca do preenchimento material.

Concluindo, poder-se-ia, ainda, identificar tanto em Kant como em Husserl uma ideia

de renovação e progresso da humanidade. Uma vida moral é em sua essência uma vida em renovação. Entretanto, enquanto Kant busca identificar esse progresso no âmbito da comunidade e relativamente preso ao formal, Husserl acredita num progresso e renovação pessoal, além do comunitário, e nesse caminho formal e material tem uma íntima relação.

REFERÊNCIAS

BRENTANO, F. **El origen del conocimiento moral**. Trad. Manuel G. Morente. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.

HÖFFE, O. **Immanuel Kant**. Trad. Christian Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HUSSERL, E. **Renovación del hombre y de la cultura**: cinco ensaios. Trad. A. S. de Haro. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2002.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção “Os pensadores”)

WALTON, R. Imperativo Categórico y Kairós en la Ética de Husserl. In: **Tópicos**. Asociación Revista de Filosofía de Santa Fé, Argentina. nº 11, p. 5-21, 2003.